

CT&I, desenvolvimento social e demandas locais: o papel da extensão universitária

Laura Tavares Soares¹

1. Relação CT&I e desenvolvimento

A entrada dos temas “redução das desigualdades”, “inclusão social” e “desenvolvimento social” na atual agenda da política de CT&I² representa uma relevante inovação política e teórico-metodológica.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT):

[...] o Desenvolvimento Social é uma das vertentes mais importantes das atuais políticas de Estado. Sua consolidação representa a promoção, a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social. Neste contexto, estão a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), a promoção da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a implantação de Tecnologias Assistivas, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), o apoio aos Telecentros e Arranjos Produtivos Locais (APLs), bem como a P&D para a Segurança Alimentar e Nutricional.³

1 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (atual Pró-Reitora de Extensão). Doutora em Economia do Setor Público – Área de Política Social.

2 Ver temas da IV Conferência Nacional de CT&I.

3 Portal do MCT: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73413.html>.

O documento base para o eixo IV (CT&I para o Desenvolvimento Social) da 4ª Conferência Nacional de CT&I afirma que a ciência, a tecnologia e a inovação podem contribuir para elevar os níveis de educação, saúde e qualidade de vida da população, ampliar o acesso ao conhecimento, além de possibilitar a expansão e a qualificação de postos de trabalho e contribuir para a democratização e para a cidadania.

No entanto, a relação entre CT&I e desenvolvimento pressupõe algumas definições preliminares importantes para a definição de propostas para este eixo temático na 4ª CNCTI.

A primeira delas é a recusa da visão do desenvolvimento como um processo linear de modernização.

A segunda trata de alterar o padrão de desenvolvimento, responsável, até hoje, pela estruturação histórica de uma sociedade desigual no Brasil.

A terceira premissa é que o adjetivo *social* supõe a existência de outras dimensões do desenvolvimento, além da econômica, e que a dimensão econômica deveria estar subordinada à dimensão social (e não o contrário).

A primeira premissa pertence à matriz sociológica da modernização por difusão, em que supostamente os chamados países em desenvolvimento se aproveitariam dos efeitos da modernização alcançada pelos países desenvolvidos. O conceito de transição ou de em desenvolvimento que nos é transmitido pela maioria dos organismos internacionais traz consigo uma ideia de evolução: estaríamos deixando para trás coisas que pertencem ao passado e evoluiríamos em direção a uma situação mais avançada, mais moderna, em que se supõe uma melhoria global, em nome de uma modernização capitalista.

Não por acaso, o processo de modernização excludente do período neoliberal que atravessamos provocou muito mais estragos aqui do que nos países centrais tanto pelo seu caráter mais ortodoxo quanto pela base estrutural de desigualdade que encontrou em nosso país. A condução desse processo se deu por uma elite econômica e política disposta a continuar depredando ainda mais o Estado brasileiro, concentrando seus recursos e seus instrumentos de poder para os ricos: os de sempre e os novos donos do capital financeiro.

Também a desigualdade se modernizou: manteve-se a miséria estrutural de sempre e gerou-se uma nova pobreza, excluindo setores da população que de algum modo se encontravam protegidos por sua inserção no mercado de trabalho.

No campo, manteve-se o latifúndio ao lado da modernização agrícola com o *agrobusiness*, expulsando um contingente ainda maior de trabalhadores rurais que ficaram sem terra e sem trabalho.

Nas cidades, cujo processo de urbanização foi acelerado e caótico, agravaram-se mais ainda as condições de vida, extremamente sensíveis à ausência prolongada de recursos de investimento em habitação e saneamento, bem como no transporte urbano. Os processos de periferização se ampliaram, criando novas periferias dentro das antigas periferias das regiões metropolitanas. A ausência de infraestrutura pública; o desmonte de políticas sociais de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer; e a falta de trabalho fazem que as novas gerações de jovens (em franco processo de ampliação demográfica) fiquem totalmente sem perspectivas, tornando-os vulneráveis às escassas oportunidades de incorporação social e econômica que se apresentam (como o tráfico de drogas).

A segunda premissa diz respeito à reprodução de um padrão de desenvolvimento responsável pela estruturação histórica de uma sociedade desigual em nosso país.

Historicamente, o Brasil manteve um padrão de desenvolvimento socialmente excludente, perpetuando a desigualdade, apesar dos períodos de crescimento econômico.

Assim, a principal marca histórico-estrutural do padrão de desenvolvimento no Brasil é a desigualdade social. Sua constituição tem raízes históricas que vão desde o colonialismo à escravidão; raízes políticas, ligadas ao profundo conservadorismo das elites mantenedoras do poder econômico e político; e raízes econômicas, determinadas por um desenvolvimento capitalista tardio, periférico e dependente, cujo modelo econômico sempre foi, ele próprio, concentrador e gerador de desigualdades. Essas raízes se combinam entre si e seus componentes estruturais se reproduzem ao longo da história do nosso país. Além da sua configuração estrutural, a análise da desigualdade social brasileira também precisa levar em consideração o impacto que as diferentes conjunturas históricas, políticas e econômicas tiveram sobre essa base social profundamente desigual. A própria desigualdade apresenta diversas expressões na nossa sociedade, com um traço comum: a má distribuição e a correspondente concentração da renda, dos recursos produtivos, da terra, dos bens e serviços e do emprego. Suas manifestações se dão no âmbito territorial e populacional. Sua geografia apresenta grandes contrastes regionais e diferenças urbano-rurais. Essa perpetuação da desigualdade no Brasil faz que ainda persistam regiões e grupos populacionais em situações caracterizadas como pobreza extrema, miséria ou indigência.

A terceira premissa apontada acima indica a existência de outras dimensões do desenvolvimento, além da econômica, e que a dimensão econômica deveria estar subordinada à dimensão social (e não o contrário).

Os efeitos negativos da estrutura econômica sobre o social são: a excessiva concentração dos ativos com repercussões na pobreza estrutural; e a estrutura concentrada da renda. A estes efeitos estruturais se superpõem os efeitos negativos da política econômica sobre as políticas sociais: sobre-exigência das metas da política social devido a mecanismos regressivos da política econô-

mica; cortes lineares do gasto social; redução da receita disponível devido a contrações no emprego; elevação das pressões sobre o gasto para atender a setores que não podem satisfazer suas necessidades devido a fatores da distribuição da renda; efeitos regressivos da política econômica, com destaque para a política tributária e a de salários; e participação desigual de diversos grupos econômicos e sociais no financiamento do gasto social.

Para superarmos as marcas da desigualdade estrutural bem como as consequências da recente modernização excludente, além da implementação das inevitáveis medidas de curto prazo no enfrentamento da miséria extrema, temos também a obrigação de pensar alguma perspectiva de futuro que comece a ser construída no presente. Nessa perspectiva, mais do que nunca, torna imperativa uma verdadeira política de desenvolvimento social que deixe de ser residual e que represente, ela mesma, uma alternativa real de desenvolvimento, capaz de incorporar nos circuitos de cidadania aqueles que nem tão cedo terão condições de incorporar-se pelo mercado (nem o de trabalho nem o de bens e serviços).

Isso implica pensar, formular e implementar a política social como parte integrante do processo de desenvolvimento que se quer para este país. O singular aqui não é aleatório. É preciso superar o somatório de políticas, programas e projetos sociais – isolados e fragmentados –, construindo uma política social que se constitua numa metapolítica, determinando e integrando as diretrizes das demais políticas públicas, inclusive a política econômica. O princípio da unicidade da política social é o que permite garantir o alcance de patamares mais igualitários de desenvolvimento social, superando as enormes desigualdades que ainda persistem no Brasil.

Pensar a política social como parte integrante do desenvolvimento social significa assumir que seus projetos, programas e ações constituem um investimento necessário, indispensável e prioritário. Trata-se de inverter a equação de que o desenvolvimento social decorre naturalmente do crescimento econômico, retirando a política social de sua posição tradicionalmente subordinada à política econômica.

O que seria uma política pública social que fosse ela mesma parte de um projeto estruturante de sociedade e não apenas um complemento da política econômica? Quais algumas das condições para a sua existência capazes de ir além dos programas de combate à pobreza?

A primeira condição é que a política social propicie uma dimensão de igualdade em um país tão desigual como o nosso. Essa dimensão seria garantida pelo seu caráter universal.

Isso significa resgatar os âmbitos nacional e regional de intervenção, superando a exclusividade ou a supremacia do local.

Junto com o anterior, é preciso repensar a noção de escala da política social para garantir sua efetividade. As experiências pulverizadas têm contribuído para a fragmentação e a dispersão das ações e dos recursos. O somatório de pequenas experiências aqui e acolá não resulta em uma política social, além de não dispor de uma sinergia suficiente para mudar as condições de vida de uma população como a brasileira.

Associado ao caráter universal está o caráter público da política social, que não pode estar mediada pela mercantilização. Portanto, o poder de compra não pode ser a única condição para o acesso a bens e serviços essenciais. Tampouco a relação com o mercado de trabalho – cada vez mais precarizado – pode ser definidora de um sistema de proteção social que se pretenda universal.

O acesso a políticas sociais universais passa a ser uma questão de direitos e de cidadania, sem o estigma da exigência de uma comprovação de pobreza.

Acesso universal não implica realizar os mesmos programas sociais para todo e qualquer grupo populacional ou território. Os pobres no Brasil estão situados em espaços/territórios bem definidos⁴. Não é preciso procurá-los com lupa. Uma vez definida a população prioritária do projeto ou do programa social (como, por exemplo, mães e crianças, idosos, jovens, etc.) e os seus espaços/territórios, o acesso deve ser universal⁵, sem restrições nem condicionalidades.

Dessa forma, o acesso a esses programas realizado de modo universal não poderia estar associado exclusivamente a critérios monetários. O fato de se estar alguns reais acima da chamada linha de pobreza não significa sair das situações de precariedade ou de vulnerabilidade social, que incluem múltiplos e, ao mesmo tempo, complexos fatores determinantes.

Os programas sociais não podem ser apenas emergenciais e precisam assumir seu caráter de mudança estrutural.

Para superar o dilema emergencial-estrutural, é preciso que as políticas e os programas sociais tenham continuidade. A oferta de bens e serviços públicos requer permanência no tempo e no espaço/território objeto de sua ação.

E, finalmente, é preciso superar a ideologia supostamente moderna que prega a autossustentabilidade para os pobres – em que depender do Estado é visto como algo negativo –, denunciando a hipocrisia em não se enxergar nenhum problema em que empresas privadas dependam de subsídios e isenções fiscais. Idem para a classe média alta, cujas isenções de imposto de renda

4 Josué de Castro já nos falava disso em sua “Geografia da Fome” na década de 1940.

5 É o que a autora tem chamado de universalização territorial. Ver em Soares, L.Tavares, “O Desastre Social”, Ed. Record: Rio de Janeiro, 2003, p.110.

para seguros privados de saúde, de previdência e educação não são questionadas. Os dominantes impõem aos dominados regras que eles mesmos não cumprem.

Essas três premissas nos levam à conclusão de que uma mera difusão da CT&I para o desenvolvimento social induziria, apenas, a reprodução de um determinado padrão de desenvolvimento vigente.

Isso significa que permanece como desafio a construção de outro padrão de desenvolvimento para o Brasil – em um cenário em que o capitalismo ainda prevalece – com a criação de outro modelo de geração e incorporação de CT&I capaz de promover e sustentar essa mudança.

2. Algumas considerações sobre um projeto radicalmente democrático de desenvolvimento social

Um projeto radicalmente democrático de desenvolvimento social no Brasil pressupõe uma reforma radicalmente democrática do Estado, indissociável de uma mudança radicalmente democrática da sociedade.

A perigosa separação entre sociedade e Estado faz parte de uma visão (neo) liberal, acompanhada hoje de alguns pós-modernos, que pressupõe a existência, de um lado, de uma sociedade civil totalmente abstrata: homogênea, idônea, cheia de boas intenções, impoluta, eficiente e capaz de resolver, ela mesma, seus próprios problemas, desde que o Estado não atrapalhe; e, de outro lado, um Estado separado dessa sociedade que cumpre um papel opressor, interventor, que é ineficiente e, além de tudo, corrupto.

Essa visão de sociedade não faz nenhuma referência ao poder e à hegemonia; aos interesses contraditórios econômicos, políticos, sociais e ideológicos; à luta por esses interesses (já que não é politicamente correto falar em luta de classes) no interior dessa mesma sociedade – os quais estão representados no interior do Estado.

Infelizmente, essa tese simplificadora tem tido consequências funestas para aqueles que estão fora do real jogo de poder e para os quais se apregoam as alternativas societárias – sempre e quando a riqueza, a propriedade e o próprio Estado que as protege sejam preservados tal como estão e nas mãos dos de sempre.

A rigor, a verdadeira novidade social está por ser construída nesta nossa periferia capitalista⁶. Por outro lado, como diz Emir Sader, se alguma mudança radical está ocorrendo no mundo, ela se dá na América Latina. Se as experiências de mudança, com a eleição de novos governos com compromissos populares nessa região, têm experimentado limitações, ou mesmo frustrações, aquelas de mudar o mundo sem tomar o poder idem idem. Talvez porque, em ambos os casos, não se conseguiu, exatamente, mudar as relações de poder no interior dos nossos Estados, cujas estruturas são bem mais amplas, complexas e conservadoras do que os governos.

No entanto, a eleição desses governos ainda incomoda muita gente – exatamente àqueles que não querem abrir mão do poder de Estado – mesmo quando o modelo econômico vigente foi preservado e as normas que sustentam o *status quo* no aparato institucional e político – histórica e estruturalmente ligado a interesses privados – ainda não foram objeto de uma ruptura radical.

Para tornar o aparato estatal verdadeiramente público, é preciso criar mecanismos de controle social.⁷ Na perspectiva da reconstrução democrática do Estado e da sociedade, o controle social deve ser exercido de forma independente e autônoma pela sociedade organizada, cuja participação deve nortear e fiscalizar a ação governamental, e não substituí-la – em falsas versões de participação comunitária.

Em síntese, um projeto radicalmente democrático de desenvolvimento social passa por mudanças radicais na sociedade brasileira e pela construção de um Estado verdadeiramente democrático e popular.

Mais do que uma mudança econômica, essa é uma tarefa essencialmente política.

3. A articulação da CT&I com políticas públicas: a superação do local

O processo de criação e incorporação de CT&I, aliado a outro padrão de desenvolvimento, tem que estar associado a políticas públicas, capazes de articular as diversas iniciativas de inovação científica e tecnológica no território nacional, superando as profundas desigualdades regionais e sociais que ainda persistem em nosso país.

6 Na perspectiva socialista, Cuba ainda resiste como modelo de um Estado que garantiu, de forma universal, saúde, cultura e educação de qualidade para o seu povo, apesar de toda a precariedade econômica.

7 Que impediriam – entre outras coisas – os fenômenos de corrupção que, ao contrário do que insiste em afirmar o senso-comum, são consequência dessas estruturas privatizadas e não a causa dos nossos problemas.

A mera replicação de inovações em experiências locais pode levar a uma fragmentação de iniciativas que não apresentam a abrangência necessária para que exista um real impacto social, não constituindo, portanto, uma política pública.

Apesar da importância da incorporação de uma tecnologia ou inovação social por parte de uma comunidade ou localidade, é preciso problematizar dois aspectos: o da sua abrangência (para que as comunidades ou populações vizinhas tenham iguais condições); e o da sua continuidade (ou sustentabilidade).

Com relação à abrangência, o desenvolvimento local não pode permanecer isolado ou desarticulado do desenvolvimento regional e nacional. Muitas das chamadas demandas locais estão relacionadas com demandas regionais e nacionais, e o seu atendimento deve se dar de modo simultâneo. Sem uma política nacional de emprego, por exemplo, será muito difícil resolver essa questão apenas no âmbito do local. Idem para as políticas sociais que requerem a constituição de sistemas nacionais, como o sistema de saúde e o de assistência social, que exigem a articulação das três esferas da federação.

Essa opção preferencial pelo local não foi por acaso: ela se deveu a um verdadeiro bombardeio ideológico – reforçado a partir do consenso neoliberal que invadiu corações e mentes.

Foi o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico. “Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social.”⁸

O resgate das dimensões nacional e regional deve assumir uma nova centralidade. Trata-se de fortalecer a formulação de políticas integradoras que permitam cumprir com sua principal missão: criar uma dimensão de igualdade.

Mais ainda, como em geral as demandas não se apresentam de forma isolada ou independente, as políticas públicas devem estar integradas no território, permitindo uma integração intersetorial das políticas e um atendimento integral das necessidades da população beneficiária.

Essa integração no território possibilitaria, ainda, uma economia de escala⁹ dos recursos envolvidos, bem como sua potencialização, com resultados muito mais efetivos do ponto de vista do impacto social do que aqueles obtidos com programas fragmentados.

8 Soares, Laura Tavares. In: Prefácio ao livro *Terceiro Setor e Questão Social na Reestruturação do Capital*, de Carlos Eduardo Montaño. Ed. Cortez: São Paulo, 2002.

9 Critério que anda esquecido pelos economistas e planejadores apenas preocupados com o custo-benefício em termos microeconômicos.

Trata-se, ainda, de garantir que o acesso a essas políticas seja universal. Neste sentido, somos favoráveis à estratégia que temos denominado de universalização territorial¹⁰, partindo do pressuposto já consagrado de que a pobreza apresenta uma distribuição espacial ou territorial bem nítida no Brasil¹¹. Dessa forma, é perfeitamente possível garantir que os bens e serviços públicos cheguem aos mais pobres de forma universal e não discriminatória, sempre e quando estejam localizados próximos aos domicílios desses mesmos pobres.

Só dessa forma se conseguirá a universalização da incorporação de CT&I por parte dos setores mais vulneráveis da população. Infelizmente, o tema da universalização saiu de moda e foi substituído por políticas focalizadas sob o falso argumento de que estas seriam mais eficazes e eficientes. Não por acaso, a ideia de focalização está associada ao localismo.

Outra condição essencial é que as políticas públicas deixem de ser emergenciais e obtenham um efetivo impacto social, é o da continuidade. A oferta de bens e serviços públicos precisa de permanência no tempo e no espaço/território objeto de sua ação, e a população tem que ter garantia de continuidade.

Para atender a esses requisitos, o financiamento público permanente é crucial (sem medo do gasto público), tanto para a criação/geração da CT&I nas universidades quanto para a sua efetiva e sustentável incorporação por parte dos diferentes setores da sociedade.

Nesse sentido, é preciso rever o financiamento de projetos (que supõem começo, meio e fim) apenas na modalidade de editais ou afins, supondo que, após a incorporação de uma tecnologia ou inovação, a comunidade possa se desenvolver por conta própria.

A ideia da autossustentabilidade apenas para os pobres – enquanto o Estado financia e/ou subsidia permanentemente (de modo sustentado) os grandes empreendimentos – é insustentável.

No debate moderno, vem se constituindo uma espécie de novo consenso¹², em que se prega a autossustentabilidade e o empreendedorismo... para os pobres, naturalmente.

Depender do Estado é visto como algo negativo e é tratado como paternalismo. Essas ideias reforçam – de maneira perigosa, irresponsável e hipócrita – a ideologia neoliberal de que as pessoas e as comunidades são as responsáveis pela resolução dos seus próprios problemas.

10 Ver a esse respeito, Soares, L.Tavares, op.cit., 2003, p.110.

11 Já na década de 190 Josué de Castro falava da “Geografia da Fome” no nosso país.

12 Soares, Laura Tavares. De recorrências e retrocessos. Análise de Conjuntura, OUTROBRASIL, Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, out.2004.

Diversas experiências autogestionárias consideradas exemplares no alívio à pobreza são divulgadas pelos relatórios dos organismos internacionais. Apesar delas e dos lindos retratos coloridos que mostram mulheres empreendedoras com meia dúzia de máquinas de costura (na África ou nas favelas do Rio de Janeiro), os indicadores da pobreza e, sobretudo, da desigualdade teimam em continuar aumentando (ou, na melhor das hipóteses, mantendo-se no mesmo lugar) nos países onde são implementadas essas propostas alternativas.

Portanto, essas alternativas pobres para pobres não constituem um verdadeiro projeto de desenvolvimento, na medida em que mantêm seu caráter isolado e fragmentado.

4. As novas tecnologias sociais

Nesse sentido, cabe indagar se as atuais tecnologias sociais constituem de fato uma mudança de paradigma com as chamadas tecnologias apropriadas dos anos 1970.

As definições de tecnologias sociais são atraentes e, aparentemente, são inovadoras com respeito ao paradigma anterior de tecnologia no sentido apenas produtivo.

Para a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), criada em 2005, a definição de tecnologia social é algo recente e vem sendo construída desde a década de 1970, quando se falava em tecnologia apropriada. Afirmar, ainda, que as tecnologias sociais têm contribuído para a redução da pobreza, geração de trabalho e renda, promoção do desenvolvimento local sustentável e redução do analfabetismo, dentre outros desafios.

Vale destacar o entendimento por parte da RTS de que tecnologia é uma construção social que não é neutra e que está sempre a serviço de um modelo de desenvolvimento que se busca estabelecer.

Para o MCT, as **tecnologias para o desenvolvimento social** articulam, fomentam e promovem **ações para a produção, a difusão, a apropriação e a aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional do país, bem como mecanismo de inclusão digital, mediante o desenvolvimento de PD&I voltados para as tecnologias sociais e de inclusão, por meio de processos metodológicos participativos.**¹³

¹³ <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73434.html>. Os negritos são da autora.

Sua definição de **tecnologia social** é aquela que “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”.¹⁴

Extensão tecnológica

Outro conceito empregado pelo MCT é o de **extensão tecnológica**, que permitiria a identificação e a articulação de soluções de demandas tecnológicas locais, territoriais e regionais. As ações de apoio à pesquisa e à inovação contribuem para a inclusão social e econômica das populações em risco de vulnerabilidade.¹⁵

Ela faz parte de um programa denominado de Apoio à Pesquisa, à Inovação e à Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social, que “tem amparo nos mais diversos usos das tecnologias sociais, isto é, produtos, técnicas e metodologias para transformar a realidade social de localidades atingidas pela pobreza, analfabetismo e exclusão social. Por isso, a abordagem dos projetos tem como parâmetro as potencialidades locais.”¹⁶

O formato de financiamento que contempla a extensão tecnológica e a inclusão social é basicamente o de editais.

Segundo o MCT, além de incentivar a inclusão social,

[...] os editais abrem a possibilidade de organizações do terceiro setor (OTS) concorrerem em articulação com instituições de pesquisa, o que ampliaria a participação de integrantes da Rede de Tecnologia Social (RTS), na multiplicação das experiências bem-sucedidas para a melhoria de processos produtivos.

Cabe, aqui, introduzir a questão levantada anteriormente acerca das limitações dos editais do ponto de vista de um financiamento permanente ou continuado. A outra questão é colocar as chamadas organizações do terceiro setor em pé de igualdade com instituições de pesquisa – supondo que estejam aí incluídas as universidades. Este é um dos problemas que temos enfrentado com relação aos editais que incluem essas organizações não governamentais e as universidades públicas – instituições de natureza totalmente distinta, com capacidades desiguais de geração de CT&I e com políticas diferenciadas de incorporação por parte dos distintos setores sociais.

14 <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/308089.html> . Os negritos são da autora.

15 <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/312382.html> . Os negritos são da autora.

16 <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77725.html> . Os negritos são da autora.

A outra questão, que contrasta com uma visão mais ampla e abrangente de inclusão social, é a restrição a processos produtivos; além da utilização da estratégia de multiplicar as experiências bem-sucedidas.

Por outro lado, é exaltada a capacidade criativa do povo brasileiro e incluída a necessidade de integração entre os conhecimentos popular e acadêmico-científico – princípio também defendido pela extensão universitária. O problema é que, a partir desse princípio, afirma-se que o conjunto de editais teria uma visão integrada e que seria necessário somar esforços para evitar uma ação pulverizada.

A afirmação acima – de que os Editais formem um conjunto a partir de uma visão integrada – é questionável. A partir da leitura desses editais, verifica-se uma fragmentação das ações, dirigidas a grupos específicos em distintos territórios que não se articulam entre si. Questiona-se, assim, se uma ação pulverizada se combate apenas com somar esforços. Tal como vimos acima, a fragmentação e a pulverização de recursos se combatem com políticas nacionais, regionais e locais integradas, em territórios definidos pela vulnerabilidade ou precariedade da situação social, promovendo uma verdadeira sinergia entre as ações – constitutivas de uma mesma política e financiadas também de modo integrado e continuado.

5. O papel da extensão universitária

Entre as metas e desafios colocados no documento base para o eixo IV (CT&I para o Desenvolvimento Social) da 4ª Conferência Nacional de CT&I, destaca-se a ampliação, a valorização e o aprimoramento das atividades de extensão e o estímulo a universidades e instituições de pesquisa a incorporarem a dimensão social na suas agendas de pesquisa.

O processo de criação e incorporação de CT&I para outro padrão de desenvolvimento ainda permanece como desafio. É para este desafio que a universidade – sobretudo a universidade pública – deve ser um agente ativo de mudança.

A criação e a incorporação de CT&I são aspectos indissociáveis – tal como a pesquisa e a extensão universitárias. Não se trata, portanto, de primeiro criar (dentro da universidade) para depois difundir na sociedade.

É na relação dialógica com os demais setores da sociedade que a universidade será capaz de integrar a criação de CT&I com a sua efetiva incorporação.

Essa relação não é neutra: ela pressupõe uma escolha. Portanto, a universidade deve priorizar aqueles setores mais vulneráveis e excluídos do acesso à CT&I. Isso significa que a universidade deve ser propulsora de mudanças e transformações sociais, e não apenas um instrumento que referenda o atual *status quo*.

É a extensão universitária aquela que melhor traduz a possibilidade dessa relação dialógica e transformadora entre a universidade e esses setores da sociedade.

Nesse sentido, é preciso definir melhor os agentes e o público-alvo da chamada extensão tecnológica (definida acima), diante da constatação de que ela vem sendo utilizada indiscriminadamente: inúmeras instituições privadas adotam a noção de extensão tecnológica para a simples venda de serviços a empresas.

6. Desafios da extensão universitária

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa **vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão** (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, **atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural** (Boaventura de Souza Santos¹⁷ – grifos nossos).

A extensão universitária – principalmente nas universidades públicas – tem hoje como um dos seus principais desafios evitar ações pontuais e passageiras, com traços assistencialistas e de baixo impacto social. Para superar essas limitações, o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex) considera imprescindível a articulação com as políticas públicas, participando da sua formulação, de seu acompanhamento e de sua avaliação em todos os âmbitos da federação e setores de atuação, especialmente aqueles relacionados com a garantia dos direitos. Não se pode transformar a extensão em programas pobres para pobres, apenas para aplacar a “má consciência” da universidade a respeito do seu papel social.

O discurso da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é repetido, mas na prática pouco implementado. A fragmentação não existe apenas entre essas três funções da universidade.

17 SANTOS, B.S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

de: ela também se manifesta entre as disciplinas e departamentos que compartimentam o saber. O chamado conhecimento multi, inter ou transdisciplinar, também muito mencionado, tem que ser instituído, sobretudo nos chamados núcleos de excelência, cada um tratando de preservar e defender seu nicho de saber (e de recursos). É preciso, de uma vez por todas, implementar em nossas universidades a horizontalização do saber.

Outra dimensão importante é que o trabalho da extensão, entendida como uma atividade pública da universidade, além de formar seus alunos, tem que, ao mesmo tempo, construir um conhecimento compartilhado com o público que a financia: em última instância, o próprio público-alvo da extensão.

A partir dessa dimensão pública, as atividades de extensão não podem ser mercantilizadas (reduzindo-se a cursinhos pagos, por exemplo, para o autofinanciamento da universidade): essas atividades, mesmo quando chamadas incorretamente de gratuitas, estão sendo pagas por meio dos impostos que a população mais pobre desse país está pagando, bem mais que os ricos, diga-se de passagem.

Permeando os desafios acima delineados, encontra-se o dilema de como a extensão tenta combinar o atendimento das demandas provenientes dos diversos setores da sociedade com os interesses da universidade – muitas vezes defendidos em nome da sua autonomia – interesses que, aliás, tampouco são homogêneos e muito menos harmônicos no interior da universidade. Tal como o ensino e a pesquisa, a extensão não está isolada de uma concepção de universidade, sobretudo quando se trata de uma universidade pública, que deve traduzir-se por uma política que norteie suas ações. A necessária autonomia e diversidade de suas ações não significa que elas prescindam de uma perspectiva mais geral sobre o seu papel como universidade pública na sociedade. Não uma sociedade abstrata, mas uma sociedade determinada por condições históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas, entendida em seus aspectos estruturais e conjunturais.

Portanto, a universidade não deve ser apenas o espelho da sociedade, sobretudo no caso da sociedade brasileira – ainda marcada pelo conservadorismo e por profundas desigualdades de diversas naturezas. Em vez de cumprir um papel meramente reprodutor do *status quo*, a universidade e, portanto, a extensão devem assumir um papel transformador dessa realidade, sobretudo da dura realidade de parcelas ainda majoritárias de jovens brasileiros que não têm acesso ao ensino superior e tampouco têm garantidos seus direitos mais essenciais, como os direitos sociais.

7. Uma nova concepção de extensão

Segundo o Forproex, a extensão universitária é uma atividade acadêmica capaz de imprimir novos rumos à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

Nos últimos anos, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados e seu processo de institucionalizou avançou.

O conceito de extensão, aprovado por esse fórum¹⁸, define que:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Desde o ano de sua criação (1987), o Forproex reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social.

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde os anos 1980, no período pós-democratização:

A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas **prioridades do local, da região, do país;**

A universidade não é proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer por meio dos grupos sociais com os quais interage, quer por meio das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

A ação cidadã das universidades não pode prescindir do efetivo compartilhamento dos saberes nelas produzidos, de tal forma que **as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento.**¹⁹

Essa concepção de extensão – que inclui, mas vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e cultu-

¹⁸ Em um processo de revisão do documento Plano Nacional de Extensão feita este ano (2010).

¹⁹ FORPROEX. Plano de Ação. 1987. Negritos da autora.

rais) – aponta para uma concepção de universidade em que a relação com a população passa a ser encarada como uma oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados entre a universidade e a sociedade, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação social efetiva na atuação da universidade e uma produção científica resultante do confronto com a realidade.

8. Recomendações e propostas

Frente a esses desafios e consoante com os princípios e compromissos apontados acima, algumas recomendações (gerais) e propostas (a partir da atuação da extensão universitária) foram elencadas em Seminário Preliminar²⁰ para a 4ª Conferência Nacional de CT&I:

1. A incorporação da ciência, da tecnologia e da inovação por parte do setor público – permitindo ampliar e melhorar a qualidade da sua intervenção. Propostas: realizar atividades de extensão interdisciplinares, portadoras de novas tecnologias e inovações em políticas públicas e em gestão, em serviços públicos municipais e estaduais, com prioridade para a área social; construir indicadores de gestão e de impacto das intervenções públicas nesses serviços a partir da incorporação de novas tecnologias e inovações; tornar públicos os resultados dessas inovações em seminários com os servidores públicos e com o público-alvo, propiciando uma metodologia de avaliação participativa.
2. A integração da política de CT&I com políticas públicas capazes de promover e sustentar um novo padrão de desenvolvimento social. Propostas: realizar oficinas de trabalho – em âmbito nacional, regional e local – que integrem os responsáveis pela política de CT&I para o desenvolvimento social com os gestores responsáveis pelas políticas sociais – nesses âmbitos, intermediados pelos responsáveis pela extensão universitária nas universidades públicas, com o propósito de levantar demandas e definir estratégias de integração dessas políticas; realizar seminários descentralizados sobre padrões de desenvolvimento social com a participação das universidades, setores de CT&I e órgãos públicos de políticas sociais.
3. A promoção de políticas que articulem o desenvolvimento local com o desenvolvimento regional. Propostas: realizar fóruns regionais (com prioridade para as regiões mais vulneráveis socialmente, com destaque para as periferias urbanas), com a participação dos responsáveis pelo planejamento das ações sociais em âmbito estadual e municipal, de

20 Realizado na Finep, Rio de Janeiro, em abril de 2010.

modo a definir novas estratégias de desenvolvimento social capazes de atuarem como elementos integradores do desenvolvimento regional; realizar fóruns regionais para a elaboração de orçamentos participativos – integrando as demandas locais da população com as prioridades regionais.

4. A articulação intersetorial das políticas de desenvolvimento social e sua integração no território, a fim de gerar abrangência e impacto. Propostas: criar fóruns de políticas sociais em âmbito estadual, que integrem os diferentes órgãos ou secretarias da área social e que definam políticas sociais integradas, com prioridade para os territórios mais vulneráveis, articulando a implementação conjunta das ações setoriais nesses territórios; criar orçamentos participativos em âmbito estadual, que articulem as distintas políticas no território, definindo prioridades regionais articuladas às necessidades locais.²¹
5. O financiamento público estável de modo a garantir a continuidade dessas políticas. Propostas: realizar estudos nas universidades sobre a abrangência e o impacto do financiamento por editais; realizar estudos nas universidades sobre o financiamento público de políticas universais (educação, saúde, merenda escolar, etc.) e seus resultados; propor, a partir desses estudos, alternativas de financiamento – incluindo fontes de receita e gastos – capazes de sustentar uma política de CT&I sistêmica, integrando fundos do governo federal e das secretarias estaduais de C&T, e definindo, em conjunto, prioridades nacionais e regionais para a aplicação desses fundos. Criar conselhos participativos (semelhantes aos conselhos de direitos, saúde, educação, etc.), em âmbito regional/estadual (inicialmente), que fiscalizem a aplicação desses recursos; capacitar, por meio da extensão universitária, esses conselheiros em CT&I, sobretudo nos aspectos do financiamento público.
6. A expansão e a qualificação de postos de trabalho em outros arranjos socioeconômicos (como a economia solidária), bem como em serviços públicos sociais e culturais (para além da inclusão apenas produtiva). Propostas: ampliar e fortalecer a rede de ITCs universitárias, incluindo todas as universidades e destinando recursos orçamentários (por meio do órgão federal responsável pela área de economia solidária) para o desenvolvimento de suas atividades; criar formas de financiamento para as cooperativas populares, incluindo abertura e manutenção de nichos públicos (feiras, etc.) para a comercialização de seus produtos; criar novos arranjos socioeconômicos na área dos serviços públicos

21 A autora participou, como assessora de política social do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, de experiências bem-sucedidas em âmbito estadual como a criação de um Fórum de Políticas Sociais (com a participação de todos os secretários envolvidos com a área social), bem como do Orçamento Participativo, o primeiro em âmbito estadual do país, que realizava plenárias regionais, com participação da população de diversos municípios, que foram capazes de integrar demandas e prioridades nas políticas públicas, evitando a pulverização de recursos e de superposição de iniciativas.

sociais e culturais, promovendo a geração de emprego e renda (com destaque para a incorporação de jovens nesses serviços).²²

7. O estímulo à geração de um conhecimento inter e transdisciplinar por parte da universidade, capaz de compreender a totalidade e dar conta de realidades sociais diversas e complexas. Propostas: integralizar nos créditos curriculares dos cursos de graduação atividades de extensão e pesquisa, de caráter interdisciplinar, construindo o conhecimento a partir do contato com a realidade; promover atividades integradas de pesquisa e extensão nos cursos de pós-graduação, com disciplinas horizontalizadas entre os diversos programas de pós, de caráter inter e transdisciplinar; priorizar temas de pesquisa transversais, capazes de gerar CT&I para o desenvolvimento social, acompanhada de atividades de extensão para testar a sua incorporação nas realidades pesquisadas; constituir objetos de pesquisa a partir de atividades de extensão, com abordagens e equipes multi e interdisciplinares.
8. A criação de instrumentos e promoção de iniciativas capazes de universalizar o acesso a esse conhecimento, por meio da extensão universitária. Propostas: ampliar para todas as universidades públicas e manter, de forma continuada, atividades de popularização da ciência, priorizando as redes públicas de ensino básico, com atividades de formação de professores e inclusão dos temas de ciência nos currículos escolares; abrir os laboratórios de pesquisa das universidades públicas para alunos do ensino médio, com participação de estudantes de graduação e de pós, promovendo sua formação científica.²³
9. A criação de uma agenda de pesquisa para a inovação social, articulada à extensão universitária, de modo a permitir a construção conjunta universidade-sociedade de experiências portadoras de inovações sociais. Propostas: definir, a partir das inserções regionais das universidades públicas e dos respectivos projetos e programas integrados de extensão universitária, questões prioritárias que constituam uma agenda de pesquisa destinada à inovação social; promover processos de incorporação das inovações e de avaliação participativa das experiências de inovação social – por meio da extensão universitária, realizando uma retroalimentação dos resultados dessas pesquisas.
10. A realização, por intermédio da extensão universitária, de cursos de formação e de capacitação em CT&I para o desenvolvimento social para órgãos públicos, organizações sociais e microempresas. Propostas: constituir demandas integradas por públicos-alvos prioritários e por territórios – evitando a demanda espontânea ou aquela imposta por

22 Ver, nesse sentido, experiência cubana que oferece bolsas para os jovens trabalharem e se capacitarem em serviços sociais e de cultura.

23 Ver experiências bem-sucedidas, como o Programa Jovens Talentos, financiado pela Capes, tratando de universalizá-las por meio da rede de universidades públicas.

empresas com capacidade de financiamento – para os cursos de formação e de capacitação; definir estratégias e clientelas diferenciadas para a formação (dando prioridade, por exemplo, a professores da rede pública e organizações sociais que participem de conselhos locais e regionais de direitos); e a capacitação (para profissionais que já trabalham em órgãos públicos, de preferência na área social, ou em microempresas).

11. A promoção de experiências inovadoras na área da educação, possibilitando a incorporação dos jovens pela cidadania; a emancipação dos sujeitos sociais; e a democratização da sociedade. Esta é uma perspectiva de educação que se contrapõe ao entendimento corrente – reforçado pelo neoliberalismo – de que educação é apenas um instrumento para gerar mais capital humano para o mercado e para incrementar a competitividade. Propostas: promover pesquisas participativas – sobretudo com os jovens em situação de vulnerabilidade social nas escolas da rede pública – sobre experiências educativas emancipadoras; realizar seminários e oficinas de trabalho nas universidades sobre experiências inovadoras na área de educação; realizar atividades de extensão portadoras de inovações educacionais geradas por pesquisas participativas, permitindo seu acompanhamento e avaliação por parte de todos os sujeitos envolvidos.

12. E, finalmente, a criação e consolidação do que chamamos de uma tríplice aliança virtuosa entre CT&I, extensão universitária e políticas públicas – aliança capaz de promover não apenas maiores, mas novos patamares de desenvolvimento social em nosso país, que sejam verdadeiramente abrangentes e igualitários. Propostas: criar fóruns nacionais e regionais com participação dos órgãos responsáveis pela política de CT&I; dos pró-reitores de extensão (das universidades e dos IFETs); e dos responsáveis por políticas sociais (de preferência de modo integrado, e não setorial) nos âmbitos federal e regional para: a definição de novos patamares de desenvolvimento social; de políticas integradas para a sua consecução; e de estratégias para a sua universalização, baseada em territórios prioritários bem como em públicos em situação de vulnerabilidade social; criar, por meio da extensão universitária, mecanismos de interlocução de setores da população excluídos do acesso a políticas públicas sociais e de CT&I, com o poder público responsável por essas políticas, constituindo uma intermediação qualificada, que supere os mecanismos tradicionais de clientelismo que propiciam a focalização das ações e a pulverização dos recursos.